



Anselmo Borges

Padre e professor de Filosofia

20 abril 2024 – Diário de Notícias

Declaração sobre a dignidade humana. 1

No passado dia 8, o Vaticano publicou, com a aprovação do Papa Francisco, a *Declaração Dignitas infinita (Dignidade infinita)*, um documento elaborado ao longo de 8 anos pelo Dicastério da Doutrina da Fé, presidido desde 2023 pelo teólogo argentino cardeal Victor Manuel Fernández. Nela, que lembra que este ano se celebram os 75 anos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, onde a palavra dignidade aparece cinco vezes e é declarada como “intrínseca a todos os membros da família humana” e que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, tudo gira, como diz o título - *Dignidade infinita* - à volta da dignidade humana, “uma questão central no pensamento cristão”, como sublinhou o prefeito do Dicastério. De facto, o que é o *Evangelho* senão uma notícia boa e felicitante: Deus é bom, Pai e Mãe, tendo todos os homens e mulheres a dignidade soberana de filhos de Deus?

Esta dignidade é “ontológica”, portanto, inerente ao ser humano de modo intrínseco e inalienável em qualquer circunstância, pertence-lhe pelo simples facto de existir. É concedida por Deus que, como diz o livro do *Génese*, “criou o Homem à sua imagem e semelhança”, imagem indelével. “A Igreja, à luz da Revelação, reafirma e confirma absolutamente a dignidade ontológica da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus e salva em Jesus Cristo”, “dignidade inalienável que corresponde à natureza humana, para lá de qualquer mudança cultural”, “um dom recebido”, presente “numa criança não-nascida, numa pessoa inconsciente, num ancião em agonia”. “A Igreja proclama a igual dignidade de todos os seres humanos, independentemente da sua condição de vida ou das suas qualidades.” Jesus identificou-se com os últimos e ao ressuscitar revelou-nos que “o aspecto mais sublime da dignidade do Homem consiste na sua vocação à comunhão com Deus.”

Também pela razão o ser humano conclui pela sua dignidade inviolável: quando, por exemplo, reflecte sobre a liberdade - auto-possui-se, é senhor de si, um animal que tem linguagem (*zōon lōgon échon*) e, por isso, animal político (*zōon politikón*), como bem viu Aristóteles: capaz de distinguir o bem e o mal, o conveniente e o inconveniente, o justo e o injusto, - e sobre si mesmo: auto-consciente, consciente de que é consciente, afirmando-se como um eu único e perguntando ao infinito pelo Infinito, Deus...

Mas, na *Declaração* insiste-se na fundamentação na fé. E só posso estar de acordo com o teólogo José L. González Faus, quando escreve que, embora melhorável - ao longo da exposição também levantarei interrogações a confirmá-lo -, o documento “constitui uma fundamentação de e um apelo a essa tarefa hoje tão urgente e comum a crentes e não-crentes: a fé na absoluta dignidade do ser humano e o imperativo categórico de trabalhar pelo respeito dessa dignidade como a tarefa mais importante no mundo de hoje”, contribuindo, assim, para “um mundo menos cruel e menos triste”.

Desgraçadamente, como sublinhou o cardeal prefeito do Dicastério, “a dignidade humana não é algo que a Igreja tenha reconhecido sempre com a mesma clareza: houve um crescimento na compreensão. Acrescenta-se, aprofunda-se a compreensão, notamos que no interior da própria *Bíblia* há uma explicação crescente.” E lembrou, como exemplo, que, se em 1452 o Papa Nicolau V numa carta aos reis de Portugal tinha justificado e até ordenado a escravatura - cito parte da Bula, que constitui, no meu entender, uma das maiores vergonhas da Igreja: “Nós... concedemos faculdade plena e livre para invadir, conquistar, combater, vencer e submeter quaisquer sarracenos e pagãos e outros inimigos de Cristo, em qualquer parte que estiverem, e os reinos, ducados principados, domínios, possessões... e reduzir a escravidão perpétua as pessoas dos mesmos...” - , Paulo III, em 1537, lançou a excomunhão sobre quem a defendia, pois tratava-se “de humanos”.

Para sublinhar que nunca se perde a dignidade intrínseca, o documento apresenta a dignidade segundo quatro dimensões: precisamente a dignidade ontológica; a dignidade moral, que se refere à liberdade e ao seu exercício; a dignidade social, que se refere às condições de vida; a dignidade existencial, em conexão com o modo como nos apercebemos da própria dignidade: “Hoje fala-se cada vez mais de uma vida ‘digna’ e de uma vida ‘indigna’; referimo-nos a situações propriamente existenciais, por exemplo, o caso de uma pessoa que, embora nada de essencial para viver lhe falte, tem, por diversas razões, dificuldades para viver na paz, na alegria e na esperança.”

Referindo-se a esta “distinção entre a dignidade ontológica que nunca se perde e outra social, moral e existencial que podem crescer ou diminuir com as circunstâncias da vida”, o cardeal esclarece: “Posso ter uma vida indigna, mas nunca perco a inalienável dignidade humana. Os outros podem fazer com que eu leve uma vida indigna, mas nunca me tiram a dignidade por ser humano: a dignidade é a mesma para alguém nascido na Itália ou na Etiópia, em Israel ou em Gaza. É exactamente a dignidade inalienável. Não há nenhuma circunstância que faça com que uma pessoa tenha menos valor, a sua dignidade permanece inviolável em qualquer contexto, situação, cultura.”

Este esclarecimento é importante, para não dizer decisivo, pois chave essencial de leitura da *Declaração* é ver a dignidade, sempre, “para lá de toda a circunstância”.

(*Continua*)



Anselmo Borges

Padre e professor de Filosofia

27 abril 2024 – Diário de Notícias

Declaração sobre a dignidade humana. 2

Como vimos, segundo *Dignitas infinita* (*Dignidade infinita*), *Declaração* aprovada pelo Papa Francisco, a dignidade humana é “ontológica”, inalienável.

Infelizmente, essa dignidade nem sempre é respeitada. E o documento dá exemplos de “violações graves”: “Tudo o que atenta contra a própria vida, como todo o tipo de homicídio, o genocídio, o

aborto, a eutanásia e o próprio suicídio deliberado”, tudo o que atenta contra a integridade da pessoa, como as mutilações, as torturas infligidas ao corpo e ao espírito, as coações psicológicas, as condições de vida infra-humana, as detenções arbitrárias, a deportação, a escravatura, a prostituição, “as condições laborais ignominiosas, nas quais os trabalhadores são tratados como meros instrumentos de lucro, e não como pessoas livres e responsáveis.”, a pena de morte - aqui, não posso deixar de lamentar que até muito recentemente o Catecismo da Igreja Católica a defendeu.

O documento, embora reconhecendo que há uma aspiração crescente para erradicar o racismo, a marginalização das mulheres, a xenofobia..., quer concretizar as violações. Assim, em síntese e com algumas observações pessoais:

O drama da pobreza. É preciso reconhecer que se trata de “um dos fenómenos que mais contribuem para negar a dignidade de tantos seres humanos”, “constituindo mesmo uma das maiores injustiças do mundo contemporâneo”.

A guerra. Com a sua loucura de destruição e dor, a guerra “atenta contra a dignidade a curto e a longo prazo”. Ela é sempre uma “derrota da humanidade”. E cada vez mais nos apercebemos de que está em curso “a terceira guerra mundial em etapas” e que podemos pôr fim à sobrevivência da humanidade e da casa comum.

A emigração. Os emigrantes “estão entre as primeiras vítimas das múltiplas formas de pobreza”.

O tráfico de pessoas. “Uma vergonha para as nossas sociedades que se consideram civilizadas”, “um crime contra a Humanidade”, que desumaniza quem o leva a cabo.

Os abusos sexuais. É imperioso compreender que “todo o abuso sexual deixa profundas cicatrizes no coração de quem o sofre”, causa “sofrimentos que podem ficar para a vida inteira e aos quais nenhum arrependimento pode pôr remédio”.

Aqui, faço notar que só posso sintonizar com a medida de compensação financeira tomada pela Conferência Episcopal em relação a casos de pedofilia na Igreja.

A violência contra as mulheres. Desgraçadamente, trata-se de “um escândalo global”. Impõe-se acabar com a discriminação: “É urgente alcançar em todas as partes a efectiva igualdade dos direitos da pessoa”, incluindo a igualdade de salário para trabalho igual. Evidentemente, “nunca se condenará de forma suficiente o fenómeno do feminicídio”.

Aqui, tenho de perguntar: quando começará a Igreja a respeitar a igualdade de direitos da mulher no seu seio?

O aborto. Para a Igreja, “a dignidade de todo o ser humano tem um carácter intrínseco e vale desde o momento da sua concepção até à sua morte natural”. Lamenta a difusão de uma terminologia ambígua - para aborto, “interrupção da gravidez”, que “tende a esconder a sua verdadeira natureza e a atenuar a sua gravidade na opinião pública”.

Aqui, sublinho que há situações-limite e dramas brutais a não ignorar (em Portugal, o aborto é legal até às dez semanas), mas quero manifestar a minha oposição à inclusão do aborto como um direito na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

A maternidade de substituição. “Ofende gravemente a dignidade da mulher e da criança, e baseia-se na exploração da situação de necessidade material da mãe. Um filho é sempre um dom e nunca objecto de um contrato.”

Pessoalmente, pergunto: que dizer na situação de uma mulher que quer muito ter um filho, não tem útero e uma familiar lhe empresta generosamente o seu?

Eutanásia e suicídio assistido. O documento sublinha a importância dos “cuidados paliativos apropriados e evitando qualquer encarniçamento terapêutico ou intervenção desproporcionada”, mas é claro: “Não há condições na ausência das quais a vida humana deixa de ser digna e possa, portanto, suprimir-se” e acrescenta: “Ajudar o suicida a tirar a vida é uma ofensa objectiva contra a dignidade da pessoa que o pede.”

Neste contexto, denuncia “o descarte das pessoas com deficiência”.

A violência digital. Sublinha os benefícios das tecnologias digitais, ao mesmo tempo que chama a atenção para os seus imensos perigos: risco de dependência, notícias falsas, atentados à boa reputação, o *cyberbullying*, difusão da pornografia, exploração para fins sexuais ou jogos de azar. O ambiente digital pode tornar-se “um território de solidão, manipulação, exploração e violência, chegando até ao caso extremo de *dark web*”.

Mudança de sexo. A Declaração pronuncia-se claramente contra a criminalização dos homossexuais: “Deve-se denunciar como contrário à dignidade humana o facto de, em certos lugares, muitas pessoas serem encarceradas, torturadas e mesmo privadas do bem da vida unicamente por causa da sua orientação sexual”, como acontece em África, por vezes com apoio dos bispos.

Quanto à mudança de sexo, é necessário estar atento ao texto. De facto, vê nela uma ameaça à dignidade humana, mas não sem sublinhar: “como regra geral”, deixando, portanto, espaço para casos particulares, o que, como nota o jornal *La Croix*, constitui “uma marca do Papa, que recebe regularmente grupos de pessoas transgénero.